



## CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA PARA A ANÁLISE DE DESAPROPRIAÇÕES DE COMUNIDADES DOS ESPAÇOS URBANO E RURAL CEARENSES

*PSYCHOLOGY CONTRIBUTIONS TO ANALYSIS OF EXPROPRIATION IN COMMUNITIES  
IN THE URBAN AND RURAL AREA OF CEARA*

Fábio Pinheiro Pacheco<sup>1</sup>  
Cícera Mônica da Silva Sousa Martins<sup>2</sup>  
Zulmira Áurea Cruz Bomfim<sup>3</sup>

### Resumo

O presente trabalho discute as contribuições da Psicologia para a análise de desapropriações de comunidades pobres no espaço urbano de Fortaleza e no espaço rural do interior do estado do Ceará, compreendendo essas ações como marcas de processos de segregação socioespacial. Trata-se de um estudo teórico, ancorado teórico-metodologicamente nas psicologias social e ambiental. Para o aprofundamento das discussões, foram apresentados resultados de pesquisas desenvolvidas no Laboratório de Pesquisa em Psicologia Ambiental (Locus) da Universidade Federal do Ceará. Dentre as contribuições, demarca-se a posição ético-política da psicologia frente às desigualdades sociais, nesse trabalho caracterizada pelas ações de segregação. Concluiu-se a necessidade analisar os processos de desapropriações para além de seus aspectos físicos e jurídicos, compreendendo as comunidades e a construção do espaço urbano e rural a partir de teias simbólicas, socioafetivas, históricas e políticas que engendram as ações humanas.

**Palavras-chave:** Psicologia; Desapropriação; Espaço Urbano; Espaço Rural.

### Abstract

This paper discusses the contributions of Psychology to the analysis of expropriations of poor communities in the urban space of Fortaleza and in rural areas in the countryside of Ceará, understanding these actions as marks of socio-spatial segregation processes. It is a theoretical study, anchored theoretically and methodologically in social and environmental psychologies. To deepen the discussion, results of research developed in the Laboratório de Pesquisa em Psicologia Ambiental (Locus) of the Federal University of Ceará. Among the contributions, it stands out in the ethical-political position of psychology in face of social inequalities, in this work characterized by segregation actions. We concluded the need to analyze the processes of expropriation beyond their physical and legal aspects, understanding how communities and the construction of urban and rural space from symbolic, socio-affective, historical and political symbols that involve social actions.

**Keywords:** Psychology; Expropriation; Urban space; Rural space.

<sup>1</sup> Universidade Federal do Ceará (UFC), Brasil. pfabiopinheiro@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0003-4139-1506>

<sup>2</sup> Universidade Federal do Ceará (UFC), Brasil. monicamartins\_sousa@hotmail.com. <https://orcid.org/0000-0002-1874-8821>

<sup>3</sup> Universidade Federal do Ceará (UFC), Brasil. zuaurea@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0003-1773-0061>

## INTRODUÇÃO

A questão das desapropriações por interesse público perpassa a história do Brasil, sendo trazida como pauta no âmbito jurídico pela primeira vez na década de 1940, com a sanção do Decreto-lei Nº 3.365, pelo então presidente Getúlio Vargas. Observa-se em diversas situações de desapropriação por iniciativa do poder público, situações promotoras de exclusão social e violação de direitos, em especial, o direito a terra e a moradia, sendo tais práticas fomentadoras de situações de sofrimento para os atingidos, que podem estar situados tanto na zona urbana, como na zona rural. Quando uma intervenção estatal parte de uma perspectiva *top-down*, onde a tomada de decisão não é partilhada com o público atingido, se gera “[...] passivos espaciais e como sabemos são as classes subalternas, claramente os mais pobres, explorados e oprimidos, que sofrem com esse processo” (Nobre, 2017, p.169).

Tal temática é objeto de análise principalmente das áreas de direito administrativo, gestão de políticas públicas e geografia. Como exemplo, o estudo realizado por Pinto, Monzoni Neto e Ang (2019) que ilustra os efeitos dos processos de desapropriação gerados por grandes obras de infraestrutura na região amazônica, os estudos de Vainer e Araújo (1992) o sobre a questão das hidrelétrica, onde uma das consequências é a desapropriação dos moradores da área, estudos sobre o recente caso da Usina de Belo Monte, entre outros.

Na psicologia ambiental brasileira, a questão da desapropriação é recente. A partir de um levantamento realizado no portal de periódicos da CAPES, foi possível rastrear que os primeiros estudos com foco em desapropriação surgem na década de 2000. Siebra, Bomfim e Matos (2005), ilustram o caso de deslocamento compulsório dos moradores da extinta cidade de Jaguaribara, resultante da construção do Açude Castanhão, no Ceará. Alves e Justo (2011) ilustram o caso de uma comunidade ribeirinha que fora desapropriada por conta de uma construção de uma hidrelétrica e quais os efeitos subjetivos do processo.

Além desse, foram localizados os estudos de Arcaro e Gonçalves (2012), que tinha como foco o estudo de identidade de lugar e processo de desapropriação por conta de obras públicas, a tese de Bertini (2014) que também teve foco na questão de Jaguaribara, a tese de Giongo (2017) sobre a dimensão da saúde mental em um processo de desapropriação e, mais recentemente, os estudos desenvolvidos no Laboratório de Pesquisa em Psicologia Ambiental da Universidade Federal do Ceará (locus/UFC).

Durante o século XX, a construção do espaço urbano no Brasil foi marcada tanto pela desigualdade de

acesso à terra como também pela valoração desigual das áreas de seu território, tendo dois fatores condicionantes: a terra enquanto mercadoria de alto preço e como propriedade privada; e a falta de planejamento do espaço urbano de modo integrado que pudesse atender às cidades e aqueles que nela moram (Brasil, 2016). Como resultado, observou-se um processo de exclusão da população em ter acesso à moradia digna e aos serviços de oferecidos pela cidade.

Em Fortaleza, desde 1813, há assentamentos informais, identificados na primeira planta da cidade, Planta Silva Paulet. No entanto as áreas, localizadas nas proximidades do porto do Mucuripe, não foram alvo de propostas de transformação (Brasil, 2016). Como aponta Brasil (2016), os planos pensados nos séculos XIX e XX apresentavam propostas higienizadoras e de embelezamento, sendo somente por volta de 1960 que começaram a surgir propostas habitacionais estatais mais concretas. Algumas políticas possibilitaram a construção de conjuntos habitacionais em todo o país com o intuito de atender às classes de baixa renda, no entanto, não resolveriam o problema da habitação.

Desse modo, a estruturação do espaço urbano de Fortaleza, assim como do restante do país, é carregada de contradições. Dentre as ações de segregação socioespacial em Fortaleza, destaca-se os processos de desapropriação e remoção de comunidade. Nos últimos anos, de 2009 a 2017, cerca de 23 mil famílias foram ameaçadas ou removidas de suas casas, sendo que em 53% dos casos a remoção aconteceu sem ordem judicial ou administrativa e em 61% foi relatada ação violenta durante a ação de remoção (Observatório das Remoções, 2017).

Maricato (2013) afirma que a cidade é um patrimônio construído histórica e socialmente, porém a apropriação por parte das pessoas ocorre de modo desigual, sendo a renda imobiliária e/ou a localização (cujo preço é calculado a partir da avaliação de seus atributos) os causadores desse problema. Maricato (2015) também aponta a globalização como um fator de impacto negativo para as cidades de países periféricos, como Fortaleza. Em decorrência da globalização da política urbana do capitalismo nos países capitalistas periféricos, padrões de urbanismo modernista foram introduzidos a uma parte das cidades, enquanto aos arredores há ocupações ilegais, promovidas por favelas, cortiços e loteamentos clandestinos, formando ilhas de primeiro mundo (Maricato, 2015).

Desse modo, percebe-se que a construção do espaço urbano se constitui em um processo conflitante, marcado pelo encontro de diversos interesses e visões: “A representação da cidade é uma ardilosa construção

ideológica, na qual parte dela, a cidade da elite, toma o lugar do todo” (Maricato, 2015, p.83). A esse respeito Harvey aponta que

A cidade sempre foi um lugar de encontro, de diferença e de interação criativa, um lugar onde a desordem tem seus usos e visões, formas culturais e desejos individuais concorrentes se chocam. Mas a diferença também pode resultar em intolerância e segregações, marginalidade e exclusão, quando não em fervorosos confrontos. (Harvey, 2013, p.30).

Observa-se, então, o caráter fragmentado do espaço urbano, constituído por áreas distintas entre si no que diz respeito à gênese e à dinâmica, conteúdo econômico e social, paisagem e arranjo espacial de suas formas (Corrêa, 2013). O autor aponta como um dos fatores geradores dessa fragmentação urbana a segregação residencial, a qual define como um processo no qual as classes sociais ou suas frações constituem o conteúdo essencial, mas não exclusivo, das áreas segregadas. Dessa forma, as classes sociais se concentram em determinadas áreas da cidade, gerando espaços parcialmente homogêneos em seu interior, mas profundamente heterogêneos entre si.

Já partindo da noção de ruralidade, levando em consideração o entendimento do espaço rural com local de construção de laços sociais e as especificidades do recorte territorial estudado, Schneider e Blume (2004) aponta que o conceito de ruralidade é diverso e multidimensional. Conforme os autores, torna-se necessário a compreensão do histórico de lutas por acesso à terra e a água das populações rurais para compreender a relação do homem e da mulher do campo com a terra. Ainda associado à visão de atraso, a partir da visão neoliberal de progresso, as comunidades rurais resistem ao crescente processo de apagamento de hábitos e costumes que fazem parte da cultura de cada uma, além de lutar para não ter o acesso aos bens naturais negados (Leite et al, 2013).

Em um dos documentos referentes à perspectiva das mulheres do campo, da floresta e das águas sobre desenvolvimento sustentável, é discutido sobre as crescentes situações de desterritorialização vivenciadas pelos povos do campo em virtude da construção de grandes obras, em especiais usinas hidrelétricas e barragens. É apontado também que o processo de remanejamento compulsório dos moradores da zona rural são promotores da ruptura dos laços sociais dos camponeses com o seu lugar de origem e a comunidade de onde pertence, e nesse processo esses moradores são sujeitados a um gradual processo de

apagamento de sua história, cultura e memórias locais, motivos catalizadores de eventuais conflitos socioambientais (Contag, 2019).

Considerando este contexto do espaço urbano de Fortaleza e comunidades rurais do Ceará, o presente trabalho objetiva discutir as contribuições da Psicologia Socioambiental para a análise de desapropriações de comunidades pobres nos contextos urbano e rural no Estado do Ceará compreendendo essas ações como marcas de processos de segregação socioespacial. Trata-se de um estudo teórico, desenvolvido à luz da inter-relação conceitual entre a Psicologia Social (Lane & Codo, 1989) e a Psicologia Ambiental de vertente transacionalista (Garcia-Mira, 1998; Bomfim, 2010), que embasam a leitura dos fenômenos psicossociais presentes na relação pessoa-ambiente. Para o aprofundamento das discussões, são apresentados exemplos de pesquisas sobre a temática desenvolvidas no Laboratório de Pesquisa em Psicologia Ambiental (Locus) da Universidade Federal do Ceará.

## LEITURA PSICOSSOCIAL DOS PROCESSOS DE DESAPROPRIAÇÃO

O que a psicologia tem a ver com a construção do espaço urbanos e rurais? Que contribuições são possíveis da psicologia para refletir sobre a construção desigual desses contextos? São inúmeros os questionamentos sobre como se pode enxergar a relação da psicologia com as questões socioambientais, principalmente em relação uma *práxis* da Psicologia enquanto ciência e profissão socialmente relevantes. Na perspectiva aqui adotada, a Psicologia se configura comprometida com a transformação das desigualdades sociais.

Como foi visto anteriormente, a discussão sobre processos de desapropriação é muito recente na psicologia brasileira, tendo seus estudos principalmente concentrados nas áreas de psicologia social e ambiental. Os poucos estudos existentes nessa temática apontam para necessidade da área se aproximar mais dessa área, como também da importância da presença do profissional da psicologia nos processos de elaboração de intervenções ambientais de alto impacto.

Uma das reflexões trazidas no estudo de Martins (2020), sobre o processo de desapropriação gerado a partir da construção de uma obra pública, foi que além da necessidade da população está informada e envolvida nos processos decisórios acerca de um processo de desapropriação, em especial no que se refere aos processos movidos pelo poder público, faz-se necessário um olhar da psicologia no processo. Citando

um instrumento criado por psicólogos no contexto espanhol, como forma de complemento para suprir a compreensão dos impactos sociais e psicológicos da desapropriação que não são abordados no Estudo de Impacto Ambiental (EIA), a autora relata que pautar a dimensão subjetiva no contexto de desapropriação desde a gênese faz-se necessário para se pensar em alternativas e medidas de mitigação de impactos gerados pelo processo na comunidade. Assim, vê-se a necessidade de a psicologia se aproximar cada vez mais desse público.

Bomfim (2010) aponta que as psicologias social e ambiental têm gradativamente se inserido nos estudos sobre a cidade e, de modo geral, a temática socioambiental, redimensionando questões econômicas, políticas, éticas e culturais. Assim, por meio do compromisso ético-político da Psicologia Social de base Histórico-Cultural (Lane & Codo; 1989) e da Psicologia Ambiental de vertente Transacionalista (Garcia-Mira, 1998), há a possibilidade de desenvolvimento de uma atuação transformadora dos espaços, compreendendo estes como construções entrelaçadas numa rede de conhecimentos físico-espacial, social, econômica, psicológica e política.

As referidas psicologias têm realizado estudos sobre as inter-relações presentes nas comunidades, sendo possível, por meio da interdisciplinaridade, pensar como a construção dos espaços interfere nos modos de vida comunitários. A fim de romper com a dicotomia das análises sobre as desigualdades sociais, Sawaia (2011, p.106) cunha o conceito *sofrimento ético-político*, que

[...] retrata a vivência cotidiana das questões sociais dominantes em cada época, especialmente a dor que surge da situação social de ser tratado como inferior, subalterno, sem valor, apêndice inútil da sociedade. Ele revela a tonalidade ética da vivência cotidiana da desigualdade social, da negação imposta socialmente às possibilidades da maioria apropriar-se da produção material, cultural e social de sua época, de se movimentar no espaço público e de expressar desejo e afeto (Sawaia, 2011, p.106).

Com isso, torna-se possível atuar junto aos moradores em prol da superação desses sofrimentos e das desigualdades decorrentes da segregação socioespacial. Como apontado anteriormente, a cidade de Fortaleza apresenta em sua construção física e histórica processos de segregações socioespaciais. Neste trabalho, desapropriações de comunidades

pobres são apontadas como atos concretos da construção excludente da cidade.

Acerca dos ambientes rurais, partindo do conceito de Topofilia (Tuan, 1980), podemos compreender as sensações e sentimentos expressos em um ambiente, e quando mesmo possui caráter simbólico muito presente, as emoções são mais intensas. Segundo Tuan (1980), ao observar aspectos da topofilia entre agricultor e seu ambiente de vida, foi possível ver que o vínculo do sujeito com o seu território é intenso, não somente por este lugar ser o provedor de sua subsistência, como também por conta da compreensão do espaço natural que compõe o rural como formador da identidade desse sujeito, o que é fruto da relação visceral homem-terra, onde essa terra é lar, provisão e geradora de vida.

Por muito tempo, como afirma Moser (2016), o espaço rural fora desconsiderado na pauta dos estudos de Psicologia Ambiental, sendo que a abertura para esse campo na psicologia emerge a partir das discussões realizadas nas últimas décadas do século XX sobre o conceito de desenvolvimento sustentável. Nesse contexto, começaram a surgir estudos sobre a relação agricultor-ambiente, a partir da compreensão do mesmo como principal guardião do ambiente rural.

Para Moser (2016), esse ambiente natural se constitui tanto como espaço gerador de significados, quanto como instância que possibilita a unificação da representação social acerca desse contexto. Para entender como o agricultor compreende esse ambiente, é elucidado pelo autor dois valores principais: acesso e utilização da terra e respeito ao ambiente natural, sendo que a congruência indivíduo-ambiente nesse espaço é geradora de qualidade de vida para o agricultor. Entendendo o ambiente rural como dimensão importante para compreender o sujeito que habita esse local e o investimento emocional dos sujeitos rurais com esse espaço de dupla função na vida dos agricultores (trabalho e vida pessoal), ter que ser apartado desse lugar pode trazer desconforto e fragilização dos vínculos socioafetivos desenvolvidos nesse contexto (Martins, 2020).

Como exemplos de movimentos de desapropriação ocorrentes em contextos rurais, pode-se mencionar as comunidades rurais e quilombolas atingidas pelas obras da Transposição do Rio São Francisco, nos municípios da Paraíba, Pernambuco e Ceará e as comunidades rurais atingidas por uma de suas obras de ligação, o Cinturão das Águas do Ceará, o que é trabalhado por Martins (2020). Além disso, também é visível o impacto da construção de barragens, hidrelétricas e perímetros irrigados no processo de luta pela manutenção da terra, como o que é visto no

perímetro irrigado da Chapada do Apodi e na construção da Hidrelétrica de Belo Monte, no Pará.

Tendo isso em vista, compreende-se que os moradores estabelecem vínculos afetivos com o lugar ao qual pertencem, construindo em uma relação dialética a identidade social e coletiva do espaço e a própria identidade individual (Pol & Valera, 1999). Nesta perspectiva, destacamos a afetividade como categoria de análise e compreensão tanto dos aspectos relacionados às vinculações sujeito-comunidade como também das problemáticas sociais e políticas que perpassam o contexto de desapropriação.

Ao adotar essa perspectiva, rompe-se com a dicotomia presente no modelo mecanicista que separa o individual do coletivo, a subjetividade da objetividade, simbólico do físico, etc. (Sawaia, 2011). Inspirada em Lev Vygotsky, Baruch de Espinosa e Agnes Heller, Sawaia (2011) defende que a afetividade é uma dimensão ético-política da ação transformadora, por meio da qual é possível a superação das desigualdades sociais, sem perder o indivíduo dentro das análises macrossociais mas também sem psicologizar os fenômenos sociais.

Ao retornarmos à discussão sobre desapropriações, reafirmamos que a problemática das remoções dos moradores acarreta sofrimentos ético-políticos, que, normalmente, são desconsiderados pelos planejadores e gestores das intervenções urbanas (Pacheco, Gomes, & Bomfim, 2016). A esse respeito, podemos citar as vivências de parte dos moradores removidos da Comunidade dos Trilhos, os quais passaram a morar em conjuntos habitacionais, distantes do bairro de origem, perdendo as relações de vizinhança e, até mesmo, o emprego devido à distância entre a nova moradia e o local de trabalho. As casas disponibilizadas pelo governo aos moradores são padronizadas, o que repercute no processo de apropriação do espaço ocasionando falta de identificação simbólica dos moradores para com tal espaço (Pol & Moranta, 2005).

Em contraponto às medidas de desapropriação e em defesa da moradia, Rolnik (2011) aponta o conceito de direito à moradia como complemento essencial ao direito a um padrão de vida adequada para todos os seres humanos. Segundo a autora,

Então não é apenas a moradia enquanto um objeto físico de quatro paredes, um teto, mas a moradia como possibilidade de acesso aos meios de vida, à água, a toda infraestrutura, à educação, à saúde. É nesse sentido que a moradia faz parte dos direitos econômicos, sociais e culturais (Rolnik, 2011, p.37).

Do mesmo modo, compreendemos que tais comunidades compõem os espaços, seja urbano ou rural, como sendo parte ativa do processo de construção histórica e social dos ambientes e daqueles que neles habitam. Assim, defende-se o direito dessas comunidades de se apropriarem do produto dessa construção, através do exercício do direito à cidade (Harvey, 2012) ou, de modo amplo, direito à moradia. Enquanto o exercício do direito à cidade, ou à moradia, for negado às maiorias sociais, resultará uma ordem urbana injusta e desigual (Harvey, 2012).

Destaca-se que, partindo da compreensão dos sofrimentos ético-políticos presentes nos moradores, enxergamos que a psicologia social deve se posicionar como ciência e profissão socialmente engajada e comprometida com os problemas presentes no cotidiano decorrentes das desigualdades sociais em suas diversas manifestações. As análises e intervenções dessa psicologia devem ser desenvolvidas com o objetivo de promover a libertação das classes oprimidas, possibilitando o despertar de sujeitos comunitários autônomos e ativos, que se descobrem capazes de transformar a sua realidade de opressão e de toda a comunidade (Martin-Baró, 1998; Góis, 2005). Adotar essa perspectiva prepara os sujeitos para o reconhecimento dos mecanismos de opressão que historicamente lhe causam sofrimentos nos âmbitos individuais e coletivos, prepara-os para a luta em defesa ao direito de pertencer às comunidades e delas usufruir.

Na América Latina, tais posicionamentos ético-políticos direcionam-se para a superação da construção excludente dos espaços/lugares e dos sofrimentos advindos destes. Tuan (1983) define os *lugares* a partir das pausas, como ambientes onde as pessoas param e se estabelecem; enquanto os *espaços* são ambientes de passagem. Entrelaçado a esse processo, Augé (1995) enxerga ainda os *não-lugares*, que se configuram como espaços transitórios, apenas com as funções de deslocamento e de uso temporário. Com isso, na construção e organização atual das sociedades, os espaços aparecem como descartáveis, impedindo que as pessoas se identifiquem e estabeleçam vínculos afetivos com eles. Desse modo, tais marcos possibilitam analisar a construção dos ambientes como produções ideológicas, pois “Os lugares, espaços até mesmo os não-lugares são todos construídos ideologicamente e respondem, conseqüentemente, a interesses sociais dos grupos humanos que sustentam sua construção, manutenção, reprodução e transformação”. (Ponte, Bomfim, & Pascual, 2009, p.349).

Fatores de análise em estudos sobre

## desapropriação

Em estudo sobre aglomeração, o qual se pode extrair pontos para a compreensão da desapropriação, Martín-Baró (1985) propõe um modelo de análise psicossocial, onde compreende-se I) as estruturas sócio-históricas de distribuição do espaço; II) as normas culturais que estabelecem o modo de realização das atividades diárias de cada grupo; III) as relações e diferenças entre as condições objetivas e as subjetivas; IV) o caráter motivacional e suas condições; e V) os efeitos imediatos e mediatos nos indivíduos. Com efeito, o problema de aglomeração – neste estudo, a desapropriação/remoção – é compreendido enquanto fenômeno individual, por considerar que qualquer experiência representa um processo subjetivo para as pessoas; e social, porque a constituição das pessoas não é processo puramente individual, mas acontece em meio às interações sociais.

Vygotsky (2007) também nos auxilia na compreensão de tais problemáticas. O autor apontou a necessidade de desenvolver uma psicologia como uma ciência geral e unificada, pautada em um único conjunto de pressupostos teóricos e metodológicos (Vygotsky, 1995). Diante disso, propôs um método de ciência psicológica pautado no materialismo dialético, microgenético (ou genético-experiemetal) – é importante destacar que o termo genético não diz respeito à hereditariedade, mas à concepção histórica, que busca a gênese dos fatos –, com base na dialética de Hegel e nas concepções marxistas, proporcionando a compreensão de que o psiquismo humano é construído a partir da interação homem-mundo. Conforme o autor, ao fundamentar-se na abordagem dialética, admite-se a influência da natureza sobre o homem, afirmando também que o homem age sobre a natureza e cria, por meio da reciprocidade das ações, novas condições naturais para sua existência (Vygotsky, 2007). Desse modo, unificava-se o homem, colocando-o de modo ativo como produto e produtor da história.

Para a elaboração de seu método, Vygotsky (2007) definiu três princípios fundamentais: I) Análise voltada para os processos e não objetos, destacando que a análise requer uma exposição dinâmica dos principais pontos constituintes da história dos processos; II) Explicação em detrimento da descrição, uma vez que a mera descrição não revela as relações dinâmico-causais reais subjacentes ao fenômeno; III) Compreensão da origem dos comportamentos fossilizados – processos que, ao logo do desenvolvimento, tornaram-se automatizados e mecanizados. Nesta perspectiva, busca-se uma análise que reconstrua todos os pontos do desenvolvimento de

determinado fato a fim de chegar à origem de uma determinada estrutura.

A partir desses princípios, Vygotsky (2007) elaborou seu método com a perspectiva de pesquisar os processos psicológicos de modo histórico, significando estudá-los no processo de mudança, sendo este o requisito básico do método dialético. Tais concepções teórico-metodológicas se tornaram fundamentais para a reestruturação da Psicologia Social na América Latina, reverberando no modo como podemos compreender e intervir nos processos de segregação socioespacial.

## Estudos de desapropriações a partir da leitura psicossocial

Considerando essas perspectivas de compreensão psicossocial das interações pessoa-comunidade, principalmente em relação aos processos de segregação socioespacial, alguns trabalhos já foram desenvolvidos no Laboratório de Pesquisa em Psicologia Ambiental da Universidade Federal do Ceará, dentre os quais podemos citar os seguintes. Cabral (2015) realizou um estudo sobre relação afetiva de moradores da Prainha do Canto Verde (Ceará), comunidade que tem seus modos de vida afetados pela especulação imobiliária e pelo turismo na região. Em seus estudos, observou que os moradores que mais participavam de atividades comunitárias, tinha seus laços afetivos com a comunidade fortalecidos e, conseqüentemente, estavam mais implicados positivamente na luta de resistência, buscando preservar o ambiente e os costumes do lugar.

Pacheco (2018) analisou a afetividade e as implicações psicossociais vividas por moradores de uma comunidade ameaçada de desapropriação – área com um dos melhores Índices de Desenvolvimento Humano, um dos maiores valores por metro quadrado e, ainda por cima, Zona Especial de Interesse Social, ameaça para a construção de duas torres comerciais. Observou-se que as vivências despotencializadoras, que levam à tristeza e ao padecimento dos moradores, decorriam de tensões criadas pela especulação imobiliária, produzindo um clima de instabilidade e insegurança quanto à permanência da comunidade. No entanto, observou-se também que a participação ativa dos moradores em atividades comunitárias repercutiu em construção de ações engajadas, fortalecimento de vínculos comunitários e a integração dos moradores à luta de outras comunidades que também sofrem com as desigualdades na construção do espaço urbano de Fortaleza.

Recentemente, Martins (2020) desenvolveu um

estudo que investiga os impactos psicossociais das obras do Cinturão das Águas do Ceará em comunidades rurais do município do Crato-CE, os quais estão ameaçados de desapropriação. Nesta pesquisa, a autora busca analisar os impactos ambientais da obra, o modo como ocorrem as participações sociais e a compreensão socioafetiva do fenômeno, considerando o contexto de vulnerabilidade socioambiental, verificando também como instrumentos de avaliação de impacto como o Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental-EIA RIMA é construído e como a questão das desapropriações é abordada pelo poder público nesse documento.

Com base nos estudos desenvolvidos, as transformações decorrentes da desapropriação são compreendidas para além dos aspectos físicos ou do aspecto jurídico, de posse da propriedade. A análise de tais processos passa a ser baseada em aspectos a) *físicos*, referente à construção do espaço, localizando geograficamente a comunidade; b) *históricos*, referentes aos modos e costumes da construção dos espaços; c) *sociais*, atentando-se para como a comunidade se estruturou, quais e como são os modos de vida dos moradores que nela vivem; d) *jurídico-políticos*, compreendendo quais as relações de poder entre a comunidade removidas e a comunidades poupada no entorno, e compreendo quais os interesses que o espaço físico da comunidade desperta nas outras camadas sociais mais favorecidas economicamente; e e) *socioafetivos*, uma vez que a vivência em comunidade atua na construção do psiquismo dos moradores, produzindo relações afetivas, simbólicas, identidades, etc.

Nesta perspectiva, a análise psicossocial não busca somente apontar quais as comunidades estão sendo alvo de desapropriações e descrever como os processos físicos e jurídicos acontecem. O intuito é de identificar as origens dessas iniciativas, explicar as suas determinações e analisar as reverberações desse processo na construção da história individual e coletiva dos moradores das comunidades.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há um emaranhado de relações estabelecidas entre as pessoas e os ambientes que não deve ser restrito à avaliação da materialidade do espaço, aos seus contornos puramente físicos. De modo geral, quando uma obra está para acontecer, seja no espaço urbano ou rural, os estudos são realizados levando em consideração somente o ambiente físico e geográfico, desconsiderando a vida social, histórica e simbólica das pessoas que nesses lugares habitam. Na psicologia nacional, são poucos os trabalhos voltados para a

compreensão dos fatores psicossociais relacionados, especificamente, aos processos de desapropriação de comunidades pobres. No desenvolvimento deste estudo, vimos o suporte teórico-conceitual que as psicologias social e ambiental podem oferecer à compreensão de tal problemática, ressaltando seu compromisso ético-político.

Conforme foi apontado ao longo do trabalho, o Ceará, como tantos estados brasileiros e, em ampla escala, outras cidades latino-americanas, carrega em sua história o processo de segregação socioespacial, onde a exclusão social e a opressão em cima das maiorias populares são características intrínsecas desse processo. No Ceará, são constantes as elaborações de projetos de intervenções em bairros e comunidades que, de forma explícita, modificam e constroem equipamentos voltados para as classes mais ricas em detrimento de desenvolvimento de programas e/ou intervenções que atendam às necessidades dos moradores das classes mais pobres, como as demandas de saneamento básico, construção de casas populares de qualidades, etc. Nas propostas de transformar os ambientes, observa-se que, além de privilegiar as classes mais ricas, as classes pobres são afastadas de suas comunidades, são desapropriadas.

Neste contexto, pensa-se que a psicologia pode contribuir em uma análise psicossocial da problemática, também no âmbito da gestão, trazendo uma compreensão ético e politicamente engajada no sentido de pensar as transformações como expressões de ações de segregação socioespacial, reflexo de desigualdades sociais. Assim, interessa para a psicologia, principalmente para a que desenvolvemos no Locus, o desenvolvimento de pesquisas que denunciem tais ações, que resgatem a identidade individual e coletiva, a dimensão afetiva e simbólica, a humanidade e força de ação das pessoas perante seus direitos de construir e pertencer à comunidade. Com efeito, como aponta Sawaia (1995, p.20), deve-se reconhecer que “[...] a cidade [os espaços] não é apenas humana só porque é uma construção do homem ou porque engendra subjetividades, mas porque os processos vitais de ambos se entrelaçam: espaço e homem compartilham a mesma materialidade e a mesma subjetividade”. Neste sentido, o que se busca é que as maiorias sociais, não sejam incluídas nos ambientes por meio da exclusão, mas que possam construir e usufruir do ambiente ao qual também pertencem.

## Referências

Alves, A. D., & Justo, J. S. (2011). Espaço e subjetividade: estudo com ribeirinhos. *Psicologia &*

Sociedade, 23(1), 181-189.

Arcaro, R., & Gonçalves, T. M. (2012). Identidade de lugar: um estudo sobre um grupo de moradores atingidos por barragens no município de Timbé do Sul, Santa Catarina. *Raega - O Espaço Geográfico em Análise*, 25, 38-63.

Augé, M. (1995). *Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas: Papirus.

Bertini, F. M. A. (2014). *Mudanças Urbanas e Afetos: Estudo de uma cidade planejada*. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

Bomfim, Z. A. C. (2010). *Cidade e Afetividade: Estima e Construção de Mapas Afetivos de Barcelona e São Paulo*. Fortaleza, Edições UFC.

Brasil, A. B. (2016). *A ineficácia das ZEIS: um problema de legislação ou uma questão político-social? O caso de Fortaleza*. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

Cabral, D. W. A. (2015). *Relação afetiva pessoa-ambiente na Prainha do Canto Verde: processos de participação comunitária*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil.

CONTAG. (2019). *Pela Autodeterminação dos povos, com soberania alimentar e energética e pela proteção e conservação da sociobiodiversidade e acesso aos bens comuns*. Caderno 2. Coleção: Cadernos de debates: Desenvolvimento Sustentável na perspectiva das mulheres do campo, da floresta e das águas. Brasília: Cidade Gráfica.

Corrêa, R. L. (2013). Segregação Residencial: classes sociais e espaço urbano. In P. A. Vasconcelos (org.). *A cidade contemporânea: segregação espacial*. São Paulo: Contexto.

Garcia-Mira, R. (1997). *La Ciudad Percibida. Una Psicología ambiental de los Barrios de A Coruña*. Universidad da Coruña.

Giongo, C. R. (2017). *"Futuro roubado": banalização da injustiça e do sofrimento social e ambiental na construção de hidrelétricas*. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.

Góis, C. W. L. (2005). *Psicologia Comunitária: atividade e consciência*. Fortaleza: Publicações Instituto Paulo Freire de Estudos Psicossociais.

Harvey, D. (2012). O direito à cidade. *Lutas Sociais*, 29, p.73-89.

Harvey, D. (2013). A liberdade da cidade. In E. Maricato. *et al. Cidades Rebeldes: Passe Livre e as*

manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo: Carta Maior.

Leite; J. F., et al. (2013). A formação em psicologia para a atuação em contextos rurais. In: J. F. Leite, M. Dimenstein (orgs.). *Psicologia e contextos rurais*. Natal: EDUFERN.

Maricato, E. (2013). É a questão urbana, estúpido! In E. Maricato *et al* (Orgs.). *Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior.

Maricato, E. (2015). *Para Entender a Crise Urbana*. São Paulo: Expressão Popular.

Martin-Baró, I. (1998). O papel do psicólogo. *Estudos de Psicologia*, 2(1), 7-27.

Martin-Baró, I. (1985). El hacinamiento residencial: ideologización y verdad de un problema real. *Revista de Psicología Social*, (sn), 31-50.

Martins, C. M. S. S. (2020). *Afetividade em Contextos de Desapropriação: Impactos Psicossociais das Obras do Cinturão das Águas do Ceará em comunidades rurais do município do Crato-CE*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Fortaleza, CE, Brasil.

Moranta, T. V & Pol, E. (2005). La apropiación del espacio: una propuesta teórica para comprender la vinculación entre las personas y los lugares. *Anuario de Psicología*, 36(3), 281-297.

Moser, G. (2016). *Introdução à Psicologia Ambiental: pessoa e ambiente*. Campinas: Alínea.

Nobre, F W. (2017). *Os efeitos do Cinturão das Águas do Ceará - CAC no distrito de Baixo das Palmeiras, Crato -CE*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Cariri, Juazeiro do Norte, CE, Brasil.

Observatório das Metrôpoles (2017, março 23). *Observatório das Remoções De Fortaleza: conflitos fundiários urbanos e a luta pela moradia*. [Web page]. Retirado de <https://goo.gl/eJyfkB>.

Pacheco, F. P. (2018). *Afetividade e implicações psicossociais vividas pelos moradores de uma comunidade ameaçada de desapropriação em Fortaleza*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

Pacheco, F. P., Gomes, L. M., & Bomfim, Z. A. C. (2016, outubro). Impactos psicossociais em moradores de comunidades em processo de desapropriação. *Anais do IX Simpósio Brasileiro de Psicologia Política*, 2016, Natal, RN, Brasil.

Pinto, D. G, Monzoni Neto, M. P, & Ang, H. G. (2018). *Grandes obras na Amazônia: aprendizados e*

diretrizes. São Paulo: FGV-EAESP/FGVces.

Ponte, A. Q., Bomfim, Z. A. C., & Pascual, J. G. (2009). Considerações Teóricas Sobre Identidade de Lugar à Luz da Abordagem Histórico-Cultural, *Psicol. Argum.*

, 27(59), 345-354.

Rolnik, R. (2011). Moradia é mais que um objeto físico de quatro paredes. Rio de Janeiro: *Revista eletrônica de estudos urbanos e regionais, e-metropolis.* 5(2).

Sawaia, B.B. (1995). O calor do lugar: segregação urbana e identidade. *São Paulo em Perspectiva.* Fundação Seade, 9(2), 20-24.

Sawaia, B. B. (2011). O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In B. B. Sawaia (Org.). *As artimanhas da exclusão: uma análise ético-psicossocial da desigualdade.* Petrópolis, RJ: Vozes.

Schneider, S, Blume, R. (2004). Ensaio para uma abordagem territorial da ruralidade: em busca de uma metodologia. *Revista Paranaense de Desenvolvimento,* 107,109-135.

Siebra, L. M. G, Bomfim Z. A. C, & Matos, T. G. R. (2006, novembro). El Proceso de Traslado de una Ciudad: aportaciones desde la Psicología Ambiental. *Anais do IX Congreso de Psicología Ambiental,* Madri, MAD, Espanha.

Tuan, Y.F. (1983). *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência.* São Paulo: Difel.

Tuan, Y. F. (1980). Topofilia: Um estudo de percepção, atitudes e valores do Meio Ambiente. São Paulo: Difel.

Vainer, C. B, & Araújo, F.G. (1992). *Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional.* Rio de Janeiro: CEDI.

Vygotsky, L. S. (1996). *Teoria e método em psicologia.* São Paulo, Martins Fontes.

Vygotsky, L. (2007). *A formação social da Mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores.* São Paulo: Martins Fontes.